

## O NEGRO E A EDUCAÇÃO EM TRÊS PERSPECTIVAS: BENCI, FREYRE E AZEVEDO

*Daniella Souza Angelico*

Graduanda em História pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

E-mail: dani\_his@hotmail.com

**Palavras-chave:** Educação de Negros. História da Educação. Desigualdade. Escolarização.

O presente trabalho que ora apresento trata da parte introdutória de uma pesquisa mais ampla que ora empreendo no programa de iniciação científica da Universidade do Estado da Bahia, campus IV localizado na cidade de Jacobina, e que pretende analisar e caracterizar a recente produção bibliográfica sobre a história da educação dos negros no Brasil através dos trabalhos apresentados durante o IV e V Congressos Brasileiros de História da Educação, realizados em Goiânia/GO em 2006 e em Aracajú/SE 2008 e do VI e VII Congressos Luso-Brasileiro de História da Educação realizados em Uberlândia/MG e Porto/Portugal, também nos anos de 2006 e 2008. Para a realização dessa tarefa e respeitando os limites relativos dessa comunicação, nos deteremos em parte da revisão bibliográfica relativa à temática: **negros e educação** e presente nas obras de abordagem sócio-antropológicas que consideramos clássicas: *A Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos* do padre jesuíta Jorge Benci livro brasileiro de 1700; *Casa-Grande & Senzala*, Gilberto Freyre 1. ed. 1933 e *A Cultura Brasileira* de Fernando Azevedo 1942.

A escolha dessas três obras de caráter clássico para a historiografia da educação brasileira está diretamente relacionada à maneira como esses autores a apresentam diferentes perspectivas a cerca da educação no Brasil em diferentes momentos. Consideramos que elas contribuem de maneira significativa para discussão de como historicamente a inserção do negro na sociedade brasileira nas modalidades formais e informais de educação e de instrução.<sup>1</sup>

Benci (1700) em sua obra setecentista aborda a pedagogia necessária no intuito de modelar o corpo do escravo, sendo a “educação” para preparar o escravo para o trabalho

---

<sup>1</sup> Consideramos nesse trabalho educação como um processo mais amplo de formação humana, por isso abrangendo uma quantidade maior de aspectos diferentemente de instrução, que definimos enquanto que relacionada diretamente ao advento de uma formalidade, principalmente naquilo que se relaciona com a institucionalização do ensino por meio da escola.

servil e subserviente, no momento posterior Freyre retrata uma sociedade pautada no trabalho escravo onde a educação é vista como necessária somente para a Casa-Grande ficando a Senzala despercebida, esse autor trata esse tema de maneira superficial e sem foco, pois a sua tese principal é a miscigenação. Azevedo na década de quarenta propõe realizar um trabalho de revisionismo de cunho totalitarista no qual estabelece uma narrativa desde a implantação dos primeiros moldes pedagógica no país com os jesuítas, passando pela reforma pombalina até a realidade da educação e seus modelos nas primeiras décadas no Século XX.

Para a realização desse estudo torna-se de suma importância a análise do teor da contribuição contida nas obras clássicas relacionadas ao tema, de maneira que possa subsidiar o trabalho de análise no tocante a educação do negro no atual quadro de pesquisas existentes no Brasil, tornando-se alicerce indispensável para o estudo proposto. Estabelecendo assim a formação de um panorama relativo ao negro e a sua educação num período emblemático de introdução e construção da estrutura de ensino, no Brasil colonial.

Ao começar um estudo sobre a inserção do negro na educação formal brasileira nos reportamos às dificuldades encontradas para a garantia dos direitos a esses contingentes populacionais em um país caracteristicamente patriarcal, agrário e escravocrata, em que a instrução reservava-se a contingentes privilegiados dessa sociedade e que a educação inicialmente reservada aos negros, está relacionada à ao controle disciplinador do corpo.

O primeiro modelo pedagógico utilizado no Brasil foi o modelo religioso de ensino, que é iniciado pela Companhia de Jesus com o seu projeto civilizatório no momento em que começou a colonização portuguesa, num período subsequente atendendo as necessidades econômicas e materiais, inicia-se o processo de importação de mão-de-obra escrava para a consolidação do projeto de uma economia colonial movida a “braços negros”, com a intenção de torná-los maleáveis para a colonização, se fez necessária a criação de um modelo pedagógico direcionado a tornar o negro útil para o trabalho e fazendo também com que os escravos absorvessem valores religiosos e morais cristãos.

Os jesuítas estabeleceram inicialmente uma proposta pedagógica para as duas demandas existentes no momento de fixação na colônia: uma para a educação das elites coloniais nas “casas-grandes” e outra para a catequização que visava a “civilização” dos nativos “índios”. Posteriormente como não havia um “projeto educacional” para os negros houve a necessidade de um terceiro modo pedagógico, este voltado para civilizar-lo e adaptá-lo para o trabalho capitalista no novo mundo.

As abordagens utilizadas pelos autores que aqui analisamos nos permitem perceber, que, geralmente a inserção ou o acesso do negro à educação ocorreu da maneira mais informal possível, permanecendo assim pelo menos até o império, a educação era privilégio das famílias importantes e negligenciada a população no geral e estabelecida em lugares restritos, à existência de um sistema educacional como hoje se entende e as transformações sofridas até o estabelecimento de uma política educacional no Brasil no Estado Novo. Associando estas leituras com as recentes produções sobre o tema em alguns congressos dessa área, tendo como a intenção analisar os poucos estudos relacionados à educação do negro atentando para essas produções de maneira a lançar questionamentos à cercada invisibilidade que esse seguimento tem na Academia.

### **A visão benciniana<sup>2</sup>**

O italiano jesuíta Jorge Benci em sua obra, *Economia Cristã dos senhores no Governo dos escravos*, uma produção escrita no período de 1700, mostra que a então colônia Brasil vivenciava dois tipos de pedagogias uma voltada para a catequização e colonização dos índios e outra voltada à formação dos filhos das casas senhoriais. No momento em que se iniciou o tráfico de mão de obra negra a colônia vivenciou segundo Jorge Benci, havia a necessidade de uma terceira proposta pedagógica voltada para modelar o corpo do escravo.

Num período em que a educação e a religião brasileira estavam direcionadas para a criação de uma elite letrada e religiosa, está mesma elite fomentava também a preocupação de manter os cativos subservientes e produtivos para o trabalho e obediente.

Benci (1700) através do seu discurso confirma a necessidade da existência de uma terceira concepção pedagógica voltada para os africanos escravizados, mais está direcionada aos senhores dos grandes planteis de monocultura brasileiros como orientação no trato dos seus escravos, a todo o momento Benci está direcionando em três idéias sobre o dever do senhor sobre o escravo sendo essas; disciplina, trabalho e pão. O primeiro se refere ao dever do senhor a não limitar a alimentação dos escravos ao pão material, mas, a obrigatoriedade do senhor ofertar aos cativos o pão espiritual que é a religião a doutrinação dos seus servos no catolicismo era necessário para ensiná-los o caminho da fé.

Para o autor de *Economia Cristã*, a disciplina é o agente modelador do corpo do escravo quando aplicado de maneira educadora, nesse aspecto critica a severidade com que os

---

<sup>2</sup> Termo usado pela autora do texto para se reportar ao Autor Jesuíta Jorge Benci e as suas teorias defendidas no livro *Economia cristã dos senhores no governo dos escravos*.

senhores castigavam os seus escravos chegando a deformá-los, em nenhum momento Benci condenou o castigo, mas, atribuiu a ele a moderação na sua utilização. Neste prisma o trabalho este era visto como necessário para ocupar o corpo e conter a propensão do negro aos vícios do ócio, e principalmente domar o corpo para a subserviência.

A educação colonial contou com a presença das irmandades católicas como elo inicialmente entre os índios e os portugueses estabelecendo relações de confiança e modelação. O autor deixa entender que quanto mais a religiosidade estivesse presente na pedagogia, está facilitava a aceitação do escravo para com a sua condição, moldando assim o corpo através do espírito. A pedagogia proposta por Benci objetivava fornecer aos senhores instrumentos para a manutenção da economia colonial com um tratamento mais humano ao escravo. Em nenhum momento Benci vai se posicionar contra esse sistema escravocrata colonial, mas sim, propõe meios que tornassem mais suportável a vida no cativeiro.

Levando em consideração o período em que a obra foi escrita, podemos compreender a sua importância ao nos revelar um Brasil setecentista agrário com a sua economia totalmente depositada na mão de obra escrava para Benci se fez necessária a existência de um manual de trato do senhor, para com o escravo, para controlá-lo ensinando o senhor a ensinar o escravo de maneira que o molde dentro da amabilidade, com essa pedagogia Benci insere uma reforma no sistema escravocrata colonial, funcionando como impulsionador de reformas escravista entre as relações sociais e econômicas desse período. Ao analisarmos o período em que foi escrito e para quais indivíduos está obra foi escrita podemos, traçar um panorama a cerca da maneira como o indivíduo negro no Brasil foi inserido as práticas pedagógicas. Estabelecendo uma relação com a herança educacional nacional e as dificuldades encontradas por esses indivíduos.

### **Contribuição freyreana**

*Casa-Grande & Senzala*, escrita pelo sociólogo Gilberto Freyre que teve a sua primeira edição foi 1933, retrata em caráter generalista as relações sociais entre senhores e escravos, nem sistema de ordem escravocrata no Brasil entre meados do século XVI até o fim do século XIX, pautada em uma economia de grandes planteis, inertes na monocultura escravista, rural de grandes latifúndios, que variavam apenas o gênero alimentício produzido, variando de região para região. Freyre apresenta a “democracia racial” ressaltando a harmonia

em que se deu a miscigenação entre europeus, escravos<sup>3</sup> e índios, contestando os conflitos existentes entre raças ou classes, nesse ponto sendo muito criticado por historiadores da década de 50.

No momento descrito por Freyre o motor dessa economia encontrava-se dependente do modelo de trabalho escravista realizado na colônia brasileira por negros escravos necessários para o trabalho nas grandes propriedades. Freyre sinaliza que a família patriarcal foi à base formadora da sociedade brasileira e que dela derivam todas as outras relações existentes na sociedade do período colonial. Desvendando a mentalidade brasileira revelando um colorido na vida colonial o colorido da mistura entre português, índio e o negro, sendo a miscigenação a principal tese defendida por Freyre para construção da sociedade brasileira. O sistema patriarcal mostrado como a base da sociedade brasileira e estas relações encontra-se em todos os âmbitos.

A sociedade desse momento era administrada pelo poder patriarcal na qual a presença da Igreja foi fortemente marcada na educação e moralização do escravo<sup>4</sup> e do índio, sendo muitas vezes um ponto de encontro entre culturas disfarçado na maioria dos casos pela existência de sincretismo religioso. Stuart Schwartz (2005) compreende em sua obra *Segredos Internos: Engenhos e escravos na Sociedade Colonial*, que a “visão doce” que Freyre mostrou da escravidão estava equivocada tecendo grande crítica a obra de Freyre, vários outros historiadores da escola paulista acompanham Schwartz, por conta da sua percepção idealizada da miscigenação na escravidão encontrada em *Casa-Grande & Senzala*, na qual o negro aceitava tudo e que o senhor era complacente com seus escravos, dessa forma Freyre (1933) nega a existência de resistências dos negros contra esse sistema.

Dando conotação a tese da amabilidade da colonização, Freyre nos revela o ambiente dos engenhos nos quais eram criados a brincar os negrinhos com os meninos brancos filhos legítimos e os mulatos resultado dessa mistura harmoniosa ou abrupta. A educação inicial dos meninos de engenho era feita nas casas-grandes, e por vezes aprendiam a ler e a contar todos os frutos da miscigenação juntos. Com a criação dos colégios jesuítas, os filhos legítimos dos senhores passaram a ser recolhidos, somente os meninos negros foram barrados nesses colégios. Freyre fala de maneira superficialmente da existência de professores de primeiras letras nesse período negros, que davam aulas a meninos brancos, sendo esses casos incomuns nessa sociedade, trás ainda que “felizes dos meninos que aprenderam a ler e escrever com

---

<sup>3</sup> Escravos negros.

<sup>4</sup> Leia-se negro.

negros, doces e bons” (FREYRE, 1933, p. 505). Mas predominantemente a educação executada nesse período foi à jesuítica.

As práticas pedagógicas existentes nesse período não são mostradas diretamente e nem são o foco de Freyre, mas, ele mostra à presença forte dos homens da igreja no cotidiano colonial e importância que eles tiveram dentro das famílias.

(...) o colégio dos jesuítas chegava a fazer sombra à casa-grande e aos sobrados patriarcais, na sua autoridade sobre o menino, a mulher e o escravo. Pelo colégio pelo confessor, e até pelo teatro, os jesuítas procuraram subordinar a Igreja os mesmos elementos passivos da casa-grande: a mulher, o menino e o escravo. Procuraram tirar da casa-grande duas de suas funções mais prestigiosas: a da escola e a da Igreja. Procuraram enfraquecer a autoridade do pater-famílias em duas de suas raízes mais poderosas (FREYRE, 1933, p. 92-93).

Fernando Azevedo (1942) no seu livro *A Cultura Brasileira* também se propõe a analisar essa participação da Igreja no cotidiano das casas-grandes levando em consideração os rumos tomados pela educação no nosso país.

### **A contribuição de Fernando Azevedo em sua análise da cultura brasileira**

*A Cultura Brasileira* é mais um monumento erigido por Fernando de Azevedo e, como tal, constitui-se em veículo divulgador de uma determinada visão de Educação que, atrelada a certas concepções correntes na época acerca do povo e do papel do Estado, exerceu importância fundamental na elaboração de uma versão da História da Educação Brasileira que ainda hoje se faz presente. Constitui, ainda, um instrumento potencialmente revelador da relação entre intelectual e o poder instituído, entre o campo educacional e o campo político institucional, durante as décadas de 30 e 40 (XAVIER, 1998, p. 1-2).

Fernando de Azevedo foi um sociólogo e educador um dos responsáveis pela reforma educacional no país, a elaboração do seu livro *A cultura Brasileira* (1942) foi encomendada pelo governo de Vargas para ser tornar “um monumento da educação do país”. Esta obra difere-se entre as outras duas estudadas por ter um foco direcionado para a temática da educação, mas a tratando de maneira totalizante na compreensão da formação da cultura brasileira.

Azevedo (1942) ressalta que as instituições escolares têm como objetivo elevar a cultura e estender o benefício. Os primeiros ensinos de letras no Brasil ocorreram através das missões como a catequização jesuíta os colégios dos padres tornaram-se no séc. XVIII, o

modelo de educação vigente no Brasil tornando-se centros de formação educacional de primeiras letras de meninos. Os jesuítas davam seguimento a toda a sua política de instrução, havendo sempre uma escola onde quer que se estabelecessem, lançando dessa maneira não só a catequização, mas lançando os alicerces da educação popular de primeiras letras.

Através das escolas superiores começavam formar uma elite culta e religiosa.

No primeiro século de colonização, escreve Gilberto Freyre, o colégio dos jesuítas chegava a fazer sombra a casa grande e aos sobrados patriarcais, na sua autoridade sobre o menino, a mulher e o escravos. Pelo colégio pelo confessionário e até pelo teatro, os jesuítas procuravam subordinar a Igreja aos mesmos elementos passivos da casa-grande: a mulher o menino e o escravo. Procuravam tirar da casa-grande duas de suas funções mais prestigiosas: a da escola e a da igreja. Procuravam enfraquecer a autoridade do pater-famílias em duas de suas raízes mais poderosas (FREYRE, 1933, p. 92-93).

Característica das famílias patriarcais da colônia seguia os filhos três direções ou carreiras, que não raro (...) herdeiro do morgado, seguia o destino paterno; o segundo, a carreira de letrado, a que se encaminhava, começando no colégio para concluí-los na Europa; e o terceiro entrava para a Igreja (FREYRE, 1933, p. 514).

Essa tradição do morgado, em que dois dos três destinos dos filhos<sup>5</sup> dos senhores de terras ficassem sobre a influência dos jesuítas, tornando-se assim considerados como “Os filhos dos padres”.<sup>6</sup> Os jesuítas desde que chegaram no século XVI começaram a tecer uma estrutura de ensino em todo o território, no segundo século de ocupação das terras brasileiras concretiza-s e a expansão educacional dos colégios. Os dois colégios de maior destaque foram o de Salvador e o do Rio de Janeiro “(...) se estabeleceram desde o século XVI até a expulsão dos jesuítas em 1759, os padres da companhia, ensinando em latim e gramática a meninos brancos e mestiços, (...)” (AZEVEDO, 1942, p. 522).

Possuir o grau de bacharel agregava status e elevação social às pessoas e à família, esse pensamento levou a construção de uma aristocracia de letrados, os jesuítas estavam atentos a essa demanda e trabalhavam em cima dessa realidade.

(...) estavam praticamente nas mãos da companhia quase toda a mocidade de brancos e mestiços, tinham de passar pelo molde de ensino jesuítico, manipulado pelos padres, em seus colégios e seminários. (...) A vocação dos jesuítas era outra certamente, não a educação popular primária ou

---

<sup>5</sup> 1º filho tornava-se herdeiro e administrador das propriedades e do comércio o 2º filho tornava-se seguia carreira acadêmica e o 3º tornava-se clérigo.

<sup>6</sup> Texto de autoria do professor Doutor José Carlos de Araújo Silva (DCH-IV-UNEB).

profissional, mas a educação das classes dirigentes, aristocracias com base no ensino de humanidades clássicas (AZEVEDO, 1942, p. 533).

A Companhia de Jesus na Europa estava em decadência, por se achar dominada pela ambição do poder, e seu ensino se encontrava defasado com o surgimento de novas práticas pedagógicas, se formaram fortes críticas em relação à educação “autoritária”, o sistema jesuítico nos países aonde se firmaram mostraram um resultado de “(...) atraso intelectual e o empobrecimento econômico, produzido certamente por um complexo de causas e entre estas o fanatismo religioso” (AZEVEDO, 1942, p. 538). O ensino oferecido pelos jesuítas encontrava-se atrasado, somadas ao surgimento de novas práticas pedagógicas e questões de cunho religioso como as perseguições religiosas e o fanatismo resultaram na expulsão dos jesuítas e de suas pedagogias das terras das coroas portuguesa pelo Marquês de Pombal.

Assim terminou no período colonial, com a expulsão da companhia a obra desses missionários que, em mais de dois séculos educaram a mocidade brasileira e tão eficazmente auxiliaram os portugueses a colonizar o Brasil (AZEVEDO, 1942, p. 538).

No Brasil os efeitos foram a destruição total do sistema educacional de ensino jesuítico, para se ter uma idéia até 1759 o ensino no Brasil se concentrava quase todo nas mãos dos jesuítas, esse era praticamente o único sistema educacional existente no país no período. Com a saída de cena dos jesuítas, o ensino no Brasil passa para a mão do Estado e essa função educativa passa a ser desempenhada também em colaboração a Igreja, introduzindo mudanças nas formas de ensino, os frades franciscanos ajudaram na implementação desse novo projeto:

A educação que era dada quase exclusivamente nas escolas confessionais, - os colégios de padres-, passou a ser ministradas aulas e escolas régias por mestres nomeados (...) que se tornaram depois da saída dos jesuítas os principais responsáveis pela educação de meninos brasileiros (AZEVEDO, 1942, p. 543).

Com a reforma pombalina, instaurou um sistema de ensino desmembrado, no fim do século XVIII, já havia, em lugar de um sistema único de ensino, a dualidades das escolas; umas leigas e outras confessionais, mas todas convergiam no ponto no qual se necessitava de: “(...) um lugar de ensino puramente literário, clássico, o desenvolvimento do ensino científico que começa a fazer lentamente seus progressos ao lado da educação literária, preponderante em todas as escolas” (AZEVEDO, 1942, p. 549).

## **A origem das instituições escolares**

Apesar de o ensino jesuítico ter sido banido e repudiado, esse ensino atendia plenamente os intentos da colônia<sup>7</sup>, satisfazia as necessidades de um grupo feudal e aristocrático que desejava ostentar com o luxo da educação e que se tornou um meio de ascensão social para mestiços e a pequena burguesia.

Buscando uma reformulação do ensino, o artigo 179, nº XXXII, da constituição outorgada pela coroa portuguesa em 1823, passou a garantir “a instrução primária gratuita a todos os cidadãos”, medida que se tornou inviável por conta dos fatores econômicos e de estruturação do sistema, o governo não deu conta de promover e efetivar a educação do Brasil. O método de *Lancaster*<sup>8</sup> adotado no período, mas veio se mostrar ineficaz, continuando assim sem uma maneira organizacional eficaz por todo o século XIX.

Dando espaço a uma formação aristocrática que direcionava a sua realidade de ensino a preparação de uma elite, desmerecendo uma educação voltada para educar o povo, promovendo assim uma disparidade de condição social alargada, uma população letrada extremamente baixa e uma burguesia instruída enquanto a maior parte não tinha condições de manter regularidade a escola.

A proposta de Azevedo é entender o processo de desenvolvimento e evolução da nação brasileira através da maneira em que se encontrar em escala de importância a acessibilidade a educação desse período. Para daí avaliar as condições de desenvolvimento dessa nação como: “Uma minoria de letrados eruditos, e uma enorme massa de analfabetos” (AZEVEDO, 1942, p. 576-577). Com o crescimento dos centros urbanos, as perspectivas da população menos abastada e de mestiços em relação à sua ascensão social em todos os meandros através da educação das escolas superiores só aumentavam era “a mudança de mentalidade ao progresso da cultura no país” (AZEVEDO, 1942, p. 584).

## **A descentralização e a dualidade dos ensinamentos**

Na última década do século XIX, aconteceu realmente a separação entre Estado e Igreja, podendo então surgir uma neutralidade escolar pública em quanto à religião. Mesmo na república, o pensamento de império continua referente à corrida aos títulos de doutores, o

---

<sup>7</sup> Ler-se Brasil.

<sup>8</sup> Na historiografia ficou conhecido como Método de Ensino Mútuo, Método Monitorial, Método Inglês de Ensino, Método de Lancaster, Método Lancasteriano de Ensino e também como Sistema de Madras.

título não representava só a graduação e a garantia de uma profissão, mais, se consolida na ascensão social individual e familiar propiciada pelo título de doutor formado em medicina ou direito, o que ainda é notado o deslumbre social propiciada pela graduação nesses cursos hoje em dia como fator sobressalente socialmente.

Azevedo tece em seus comentários uma forte crítica à educação realizada pelos jesuítas mostrando também todo o processo da reforma pombalina e de seus efeitos, o modelo jesuíta de educação foi o único existente no Brasil até meados do século XVIII, com a implantação da reforma pombalina nos território da coroa portuguesa, essa reforma foi instaurada pelo Marquês de Pombal através de suas idéias iluministas, que empreenderam um novo viés educacional que valorizava a produção científica em toda escala educacional, sendo tomada como primeira medida para a implementação do plano, a expulsão dos padres jesuítas das terras de domínio português e conseqüentemente o fechamento de suas escolas, tanto as de primeiras letras como também os movimentos secundários e as universidades, a intenção era “modernizar o ensino” que se encontrava defasado para as novas necessidades.

## **Conclusão**

Desta maneira relacionamos as idéias de cada um dos autores abordados para servir de base para uma discussão maior que é entender como é estudado hoje e abordado na Academia a temática referente ao negro e a sua inserção no plano pedagógico e educacional brasileiro, como maneira de ascensão social para esses indivíduos.

## **Referências**

AZEVEDO, Fernando. *A Cultura Brasileira*. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

BENCI, Jorge. *A Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos* (Livro brasileiro de 1700). São Paulo: Grijalbo, 1977.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. 51. ed. São Paulo: Global, 1933.

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos: Engenhos e escravos na Sociedade Colonial 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

XAVIER, Libânea Nacif. Retrato de corpo inteiro do Brasil: a cultura brasileira por Fernando de Azevedo. *Revista da Faculdade de Educação*, São Paulo, v. 24, n. 1, jan/jun. 1998.